

**“AFRICANOS” EM CIRCULAÇÃO:
AS IDENTIDADES “AFRICANAS” E AS FRONTEIRAS DA ETNICIDADE NA
AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX¹**

**“AFRICANOS” EN CIRCULACIÓN:
IDENTIDADES “AFRICANAS” Y FRONTERAS ÉTNICAS EN LA AMAZONÍA
DEL SIGLO XIX**

Kelly Chaves Tavares²

162

Resumo

A historiografia brasileira a partir dos anos de 2000 repensou (a partir dos estudos realizados na Amazônia desde 1960) as interpretações acadêmicas acerca da presença africana na Amazônia. Hoje essa inflexão faz cair por terra as interpretações do suposto “vazio” africano no vale amazônico. Nosso objetivo na presente análise é refletir sobre essa presença africana seguindo uma perspectiva biográfica tomando a experiência de um padre “negro” descendente de pretos africanos e vivendo entre a Bahia da primeira e o Pará da segunda metade do século XIX, visto que ele foi um migrante. Destarte, apresentamos através das fontes históricas – Autos de Inquirições da Igreja Católica, jornais e registros vindos do Parlamento – os percalços vividos por esse padre, a exemplo da sua filiação ao Liberalismo e à Maçonaria, suscitando as reações da Igreja Católica de inspiração ultramontana do bispo D. Antonio de Macedo Costa, e ocasionando injúrias a respeito de sua identidade étnica, destiladas no espaço público da imprensa. Com isso, ao investigar e narrar a biografia do padre “negro” Eutíquio Pereira da Rocha, nós temos enquanto propósito suscitar reflexões acerca das tensões de identidade étnica e racial, pensar as fronteiras da etnicidade, e suas implicações nos projetos de cidadania e Estado-Nação nos tempos anteriores à entrada das teorias raciais no contexto e no pensamento social brasileiro.

Palavras-chaves: biografia, etnicidade, africanos, Amazônia, século XIX.

Abstracto

La historiografía brasileña a partir de la década de 2000 (a partir de estudios realizados en la Amazonía desde 1960) repensó las interpretaciones académicas sobre la presencia africana en la Amazonía. Hoy, esta inflexión hace que se abandonen las interpretaciones del supuesto “vacío” africano en la Amazonía. Nuestro objetivo en este análisis es reflexionar sobre esta presencia africana desde una perspectiva biográfica tomando la experiencia de un sacerdote “negro” descendiente de negros africanos y que vive entre Bahía en la primera mitad del siglo XIX y Pará en la segunda mitad del siglo XIX porque era un migrante. De esta manera presentamos através de fuentes históricas – Documentos de Investigación de la Iglesia Católica, periódicos y registros provenientes del Parlamento – los percances en la vida de este sacerdote, como su afiliación al Liberalismo y la Masonería provocando las reacciones de la Iglesia Católica ultramontana del Obispo D. Antonio de Macedo Costa y provocando insultos sobre su identidad étnica difundidos en el espacio público de la prensa. Al investigar y narrar la biografía del sacerdote “negro” Eutíquio Pereira da Rocha, pretendemos generar reflexiones sobre las tensiones de identidad étnica y racial, pensar en los límites de la etnia y sus implicaciones para los proyectos de ciudadanía y Estado-nación en la era anterior la entrada de las teorías raciales en el contexto social y el pensamiento brasileño.

¹ Agradeço a contribuição documental do Prof. Leandro Melo da Silva, colega do Grupo de Pesquisas Religiosidades Pan-Amazônicas, e as orientações da Prof.^a Dr.^a Magda Ricci na elaboração deste texto, cuja ideia resultou do terceiro capítulo de minha dissertação de Mestrado orientada por ela e defendida no PPGHIST/UFPA em 2020.

² Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2020). E-mail: kellytavareshist@gmail.com.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

Palabras clave: biografia, etnia, africanos, Amazonía, siglo XIX.

Abstract

The Brazilian historiography from the 2000 onwards (from studies carried out in the Amazon since 1960) rethought academic interpretations about the African presence in the Amazon. Today, this inflection causes the interpretations of the supposed “emptiness” to be abandoned. Our objective in this analysis is to reflect on this African presence following a biographical perspective taking the experience of a “black” priest descended from black Africans and living between Bahia in the first half of the 19th century and Pará in the second half of the 19th century because he was a migrant. In this way we present through historical sources – Papers of Inquiry from the Catholic Church, newspapers and records coming from Parliament – the mishaps in the life of this priest, like his affiliation with Liberalism and Freemasonry provoking the reactions of the ultramontane Catholic Church of Bishop D. Antonio de Macedo Costa, and provoking insults about his ethnic identity broadcast in the public space of the press. When investigating and narrating the biography of the “black” priest Eutíquio Pereira da Rocha, we aim to result in reflections on the tensions of ethnic and racial identity, to think the boundaries of ethnicity and its implications for citizenship and nation-state projects in the era before the entry of racial theories into the Brazilian social context and thought.

Key words: biography, ethnicity, africans, Amazon, nineteenth century.

INTRODUÇÃO

A historiografia nacional e mundial demonstrou de longa data a pertinência do enfoque biográfico para a escrita da história ao evidenciar a compreensão de uma série de interfaces entre a história social e as práticas culturais, sejam elas religiosas, econômicas, políticas entre outras. No território das práxis biográficas, emergem as subjetividades as mais variadas e complexas, as quais inseridas nas dinâmicas de tempo e espaço delinham práticas humanas capazes de fazer o historiador questionar as aparentes homogeneidades, tais como: a comunidade, a classe social, instituições, gêneros, identidades de grupos sociais, entre outras categorias analíticas (REVEL, *et. al.*, 1998, p.249).

Elegendo em particular a questão das identidades étnicas e raciais de determinados grupos sociais dentro das experiências do universo da escravidão no Império brasileiro, trabalharemos a percepção e a construção dos sujeitos deste contexto acerca das africanidades, isto é, a construção destas categorias identitárias demonstrando o que significava o ser africano(s) ou seu (s) descendente(s) em uma sociedade inserida na dinâmica da escravidão tangenciando desde a experiência do tráfico negreiro até as acomodações e/ou resistências diante de uma sociedade hierarquizada, marcada socialmente pela diferença, sejam elas de todas as ordens, tais como: cor, classe, status social, político, religioso e de hierarquias entre os sexos.

A região amazônica foi observada durante anos pela historiografia como um espaço geográfico fortemente marcado pela presença indígena, além de um suposto “vazio” da presença negra africana desde a colonização. Em análises historiográficas nacionais como as de Cardoso (1981) realizadas depois da segunda metade do século XX e dedicadas a construir interpretações sobre o processo de colonização no Brasil, a Amazônia figurava enquanto uma região pouco ou até mesmo ausente da articulação ao mercado externo metropolitano português. Sendo por essa definição qualificada como “periferia” do sistema colonial português, tendo por este motivo recebido pequenas remessas de africanos a serem introduzidos como força de trabalho escrava em comparação com a farta mão de obra de origem indígena disponível na região.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 162 - 181, nov. / 2020.

“Africanos” em circulação: As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX

Este padrão de análise historiográfico a denotar a “ausência” africana na Amazônia começou a ser rompido durante a década de 1960, através dos estudos no campo da antropologia, música e folclore, sendo os estudiosos Anaíza Vergolino-Henry e Arthur Napoleão Figueiredo (1990) e Vicente Salles (1971); (2004), respectivamente, os pioneiros a investigar este suposto “vazio” e a descobrir nos arquivos vestígios dos africanos e mestiços nas experiências sociais da escravidão, e sua contribuição para a formação social e cultural dos povos da Amazônia. Os autores citados demarcaram o impacto negro na literatura, na música, dança, vocabulário amazônico, nas religiosidades e seus rituais, além das práticas de cura.

A partir destes houve a expansão dos estudos sobre a presença negra na região, sendo grande parte deles produzidos em ambiente acadêmico ao nível de graduação e pós-graduação, abarcando temas e problemas pertinentes a vários ramos do conhecimento. Exemplos estão na área da história, antropologia, linguística, artes visuais, música e dança, a demonstrar a riqueza da experiência histórica negra, seja ela africana e mestiça nas terras de florestas e rios do vale amazônico.

No campo da história há atualmente estudos produzidos na Amazônia que versam sobre a experiência africana no mundo da escravidão e suas vivências em liberdade nas mais variadas dimensões, urbanas (JUNIOR, 2012, p.113) e rurais, em periodizações que partem dos inícios da colonização portuguesa passando pelos movimentos sociais no período da regência, observando a organização dos movimentos emancipacionistas e abolicionistas até as vésperas da Lei Áurea em 1888, além do pós-abolição e as reconfigurações sociais suscitadas pela ruptura com a escravidão e a queda do regime monarquista em 1889 (BEZERRA NETO, 2009, p.355). Estes estudos atuais já rompem com paradigmas há muito tempo consagrados na historiografia nacional, em cujas interpretações e autores elegem a Amazônia enquanto uma região com uma dinâmica escravagista bastante articulada ao mercado metropolitano português (BEZERRA NETO, 2012, p.52-54), tendo sido o alvo durante a época colonial de políticas de fomento à introdução de escravos de origem africana com o fito de atender às demandas dos colonos por mão de obra a servir em uma economia de base extrativista, agricultora e de criação de gado, também exportadora e articulada ao tráfico atlântico e ao mercado metropolitano de Portugal (*Ibidem*, p.60-61). Todavia, as dimensões do mercado não estavam necessariamente articuladas ao Nordeste açucareiro no século XVI-XVII, e aurífero como a economia das Minas Gerais no século XVIII, mas, nem por isso menos importante e organizado.

A historiografia da escravidão foi um dos campos a apresentar grande crescimento em termos de produção acadêmica, ampliação de problemáticas e definição de conceitos de norte a sul do país. Na região Norte, em especial, as produções ampliam o panorama das experiências da escravidão de negros, mestiços e indígenas e a redimensionar as percepções acerca do que significava ser escravo nos tempos do Brasil colonial e depois imperial (PALHA, 2011, p.92-93). Esses estudos hoje impelem a produção brasileira a considerar a experiência negra na Amazônia como importante e integrada às dinâmicas escravagistas do Centro-Sul, de modo a tornar-se tema obrigatório nas compilações que possuem a escravidão brasileira como

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

tema. Exemplo disso é o *Dicionário da Escravidão e Liberdade*³, publicado no ano de 2018, em comemoração aos 130 anos da assinatura da Lei Áurea, e cujo volume reúne 50 ensaios críticos sobre temas e problemas originários do processo histórico da escravidão no Brasil, de espaços geográficos e trabalhos de autores de norte a sul do país (SCHWARCZ; GOMES, *et. al.*, 2018, p.15).

Há neste volume o verbete dedicado à Amazônia escravista escrito por dois autores do Sudeste do país, um deles trabalhou e investigou diretamente assuntos da escravidão na Amazônia⁴. Este verbete assinala toda a riqueza da experiência histórica africana nessa região, em análises que englobam o tráfico negreiro para essas terras, a adaptação do negro ao trabalho compulsório na região, a coexistência e confluência com o trabalho de origem indígena, as estratégias de resistência e as fugas e organização em quilombos longe do alcance do domínio e repressão senhorial (SCHWARCZ; GOMES, *et. al.*, 2018, p.109-116; p.274-282). Além deste verbete, há análises de outros capítulos sobre a presença africana nas cidades e portos do vale amazônico, cujas cidades Belém, São Luís, sertões e vilas do interior das capitânicas do Rio Negro (no império foi tornada província do Amazonas), nas terras do Cabo Norte, fronteiras com as Guianas Francesa e Inglesa, que tornavam o fenômeno da escravidão urbana característica pelo imenso trânsito de homens, mulheres e crianças de cor, fossem eles escravos africanos recém-traficados, crioulos livres e libertos, pretos fugidos a figurar como livres, em contato com indígenas, mestiços, estrangeiros nas cidades, nas fronteiras e fortalezas militares (SCHWARCZ; GOMES, *et. al.*, 2018, p. 162-169).

Capturar essas “africanidades” em perspectiva biográfica não consiste em tarefa fácil, afinal daquilo que conhecemos desses sujeitos nos é informado segundo os discursos das autoridades (AZEVEDO, 1984, p. 180-199), sejam elas administrativas, religiosas, policiais, além de intermediado pelos mais variados filtros culturais (GINZBURG, 2007, p.287-288), nos quais as tentativas de controle e repressão perpassam os discursos e evidenciam temores de descontrole social a ponto de uma revolução negra no século XIX seguindo o legado do processo ocorrido no Caribe francês no final do século XVIII.

Seguindo as pistas documentais de um personagem biográfico de ascendência africana que viveu na Amazônia na segunda metade do século XIX objetivamos compreender a construção das identidades étnicas e raciais naquele contexto. Tendo as africanidades como referencial de etnicidade na construção das subjetividades de homens e mulheres oitocentistas, nós pretendemos entender os usos e abusos das identidades étnicas africanas por parte desses sujeitos, assim como as ideias que se criaram a respeito da África, dos africanos e os seus descendentes nascidos em terras brasileiras.

³ SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio dos S. [Et. Al.] *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁴ O professor referido é Flávio dos Santos Gomes, natural do Rio de Janeiro, trabalhou na Amazônia na qualidade de professor assistente nos cursos de graduação em história da Universidade Federal do Pará entre os anos de 1994-1998. Cf. PLATAFORMA LATTES. Currículo do Sistema Lattes _ Flávio dos Santos Gomes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/vizualizacv.do?id=K4782975P2>.

“LÁ DESSAS POPULOSAS, E AVOENGAS REGIÕES DO ZAIRE”: O PADRE “NEGRO” EUTÍQUIO E AS IDEIAS A RESPEITO DA ÁFRICA E ANCESTRALIDADES AFRICANAS NA AMAZÔNIA IMPERIAL

Nascido a 15 de maio de 1817, na cidade de Salvador província da Bahia, a uma criança do sexo masculino foi dado o nome de Eutíquio Pereira da Rocha. A ele foi ministrado o sacramento do batismo na matriz do Curato da Sé pelo padre coadjutor Manoel Pereira de Souza. Nascido livre e filho natural de Joaquina Osana de Sant’Anna, crioula e também livre, ela era moradora da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. O menino Eutíquio teve por padrinho Francisco Jozé de Araújo, homem solteiro morador da freguesia de Nossa Senhora do Pilar.

Eutíquio, nascido há poucos dias, foi registrado no livro de batismo como uma criança parda ao dia 24 de agosto de 1817. Filho natural, não há referências ao seu genitor, somente menções à mãe, uma crioula solteira, e ao padrinho morador de outra freguesia, e que provavelmente podia ter algum arranjo afetivo com a mãe da criança.

No dia vinte quatro de agosto de mil oitocentos e dezessete, nesta Igreja da Sé batizei solenemente e pus os Santos Óleos á Eutiquio pardo, nascido a quinze de maio deste ano, filho de Joaquina Osana crioula solteira: foi padrinho Francisco Jozé de Araújo solteiro do Pilar⁵.

Eutíquio fora criado na freguesia da Sé em núcleo familiar materno composto pela mãe e pela avó materna, cujos vestígios documentais relatam ser uma preta africana angola de nome Maria Domingues da Costa que viveu na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia como escrava do senhor Domingos da Costa e até por volta de 1799 estava forra. De nação angola, Maria Domingues da Costa foi traficada da região da África Central para a Bahia na segunda metade do século XVIII permanecendo na cidade de Salvador a serviço de seu senhor.

E perguntado pelo conteúdo na petição do Habilitando Eutíquio Pereira da Rocha respondeu que sabe ser ele filho natural de Joaquina Osana de Santa Ana crioula natural desta cidade e Freguesia da Sé, e neto materno de Maria Domingues preta Angola, escrava que foi de Domingos da Costa⁶.

De acordo com Robert Slenes, grande parte dos escravos traficados para a Bahia colonial provinha da África Central, área atualmente correspondente entre o sul de Camarões e a fronteira de Angola e Namíbia, estendendo-se a leste um pouco além da fronteira de Angola (SCHWARCZ; GOMES, *et. al.*, 2018, p. 64-71). Slenes assinala que os centro-africanos (particularmente jovens adultos, em maioria homens e mulheres em menor número) formaram um percentual de 74% dos escravos desembarcados nas Américas nas décadas iniciais do tráfico atlântico no período de 1501 a 1650. No século XVIII, as cifras oscilaram entre 43% entre 1651-1725; e 45% entre 1726-1825, e aumentado exponencialmente no limiar do século

⁵ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutiquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folha nº 28. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

⁶ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutiquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folha nº 26. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

XIX, atingindo 72% entre 1826 a 1866. Em sua maioria os centro-africanos eram traficados para o Brasil, seguidos da América espanhola e Caribe francês (*Ibidem*, p. 64).

Esses vestígios biográficos de Eutíquio foram colhidos nos seus dois processos de habilitação ao sacerdócio, Autos de Inquirição *De Genere e Vita et Moribus*, abertos em 1830, onde ambos nos informam ser o núcleo familiar materno de Eutíquio cristão velho, pois, nos juramentos prestados por Eutíquio “que ele testemunha por ter pleno conhecimento sabe que tanto, a mãe como a avó do Habilitando não incorreram em pena vil de fato ou de Direito, nem cometeram crime de Lesa Majestade Divina ou Humana”⁷, “nem fora preso ou penitenciado”⁸. O seu arranjo familiar característico pela ascendência escrava africana e cristã nos possibilitam pensar que tanto a avó de nação angola quanto a mãe crioula (nascida no Brasil), ambas cristãs velhas, podiam ter pertencido a alguma irmandade de pretos angolas dentre as muitas existentes na cidade de Salvador cuja expansão ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, permanecendo até o limiar do século XIX.

Lucilene Reginaldo assinala que a devoção a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos na Bahia entre os pretos escravos e forros na antiga matriz da Sé remonta ao início do século XVII, sendo a matriz tão antiga quanto a imagem da Senhora do Rosário dos Pretos haja vista que era venerada nos anos antes de 1640 pelos pardos livres (REGINALDO, 2005, p. 76). Os mais antigos compromissos da irmandade do Rosário dos Pretos foram confeccionados por volta de 1685, e a construção da capela da irmandade na Igreja das Portas do Carmo entre 1703-1704, sendo uma das mais antigas do Brasil, ficando atrás apenas do Rosário do Rio de Janeiro (1639) e a capela da irmandade do Rosário de Belém (1682) (*Ibidem*, p. 76).

Na cidade de Salvador, os compromissos da irmandade do Rosário dos Pretos na Igreja da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia disputam em antiguidade com os da Igreja da Sé, que também possuíam capelas da irmandade do Rosário, sendo os compromissos da irmandade da Praia datados de 1686. A antiguidade da irmandade do Rosário da Praia, a mesma freguesia em que Joaquina Osana, mãe de Eutíquio, era natural sendo por isso o local onde sua mãe Maria Domingues servia como escrava nos possibilita pensar que a preta angola pudesse ter alguma ligação com a irmandade de pretos dessa freguesia.

Segundo Reginaldo, no século XVIII em Salvador, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia abrigava as irmandade do Rosário dos Pretos, de São Benedito, e do Senhor Bom Jesus da Redenção, todas elas formadas por pretos cativos e forros, sendo a irmandade do Rosário dos Pretos a que mais possuía capelas da irmandade nas freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro, Senhora Santana, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo (*Ibidem*, p. 62; p.71). E na segunda metade do século XVIII, essa confraria de pretos expande-se para as freguesias do Recôncavo baiano e vilas do interior da capitania da Bahia.

Entre os irmãos pretos cativos e forros reunidos nessa irmandade, Lucilene Reginaldo aponta que as nações africanas angolas formavam exclusivamente a composição étnica da irmandade do Rosário dos

⁷ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutíquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folha nº 25. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

⁸ *Ibidem*, fl. nº 31.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

Pretos, restando pequeno espaço para os crioulos e brancos segundo os compromissos nessa irmandade. Outras confrarias foram formadas pelos grupos étnicos jejes e os nagôs, esses últimos formaram a de Nosso Senhor dos Martírios, formada exclusivamente por homens; outra de mulheres africanas kêto, a exemplo da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (*Ibidem*, p. 93).

A Irmandade do Rosário dos Pretos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia foi formada no século XVIII exclusivamente por angolas e crioulos da terra. Reginaldo assinala que a eles estavam exclusivamente destinados os privilégios da direção dessa irmandade de prestígio, cujos irmãos gozavam do privilégio étnico para pertencer e dirigir a irmandade (*Ibidem*, p. 102). O que Lucilene Reginaldo assume ser menos o resultado da exclusão social e sim a garantia de privilégios, sobretudo na definição dos cargos e funções mais importantes nos espaços da associação, a exemplo dos casos ocorridos aos irmãos do Rosário da Matriz de Vitória que nos seus compromissos não apresentavam restrição à entrada de pessoas “de qualquer cargo e condição” (*Ibidem*, p.104) na irmandade. Por outro lado, reservavam o acesso ao cargo de juiz aos angolas e aos crioulos, tendo firmados em compromisso lugar para dois juízes, um crioulo e um angola, reservando-lhes o privilégio do lugar mais destacado na Mesa diretora.

As mulheres ocupavam cargos determinados nas irmandades do Rosário dos Pretos, sendo-lhes reservados os cargos de juízas, procuradoras e mordomas, independente de sua condição jurídica, livres ou forras “por que pela qualidade do sexo não exercitam atos de Mesa” (*Ibidem*, p.111). Reginaldo assinala que os ofícios das mulheres pretas nas irmandades do Rosário também eram divididos entre angolas e crioulas, tendo por isso os cargos de juízas e procuradoras, suas atribuições resumiam-se ao cuidado dos altares, andores e imagens, assim como a arrecadação da esmolações semanais (*Ibidem*, p. 111). Embora afastadas das instâncias decisórias mais importantes da irmandade, as irmãs eram fundamentais na correlação de forças dos grupos étnicos em disputa, o que Reginaldo explica que entre o grupo feminino, por força da procedência e filiação étnica, houve maior flexibilidade no acesso aos ofícios no espaço da irmandade em comparação com o grupo masculino (*Ibidem*, p. 111). Sendo esses “privilégios” do sexo feminino resultado do “mercado afetivo” nesse complexo campo de relações inter-étnicas envolvendo homens e mulheres disputando espaços de poder, onde a influência do “mercado afetivo” e a disparidade de números entre os sexos na população escrava impeliu as irmandades negras baianas, todas controladas por homens africanos e aqueles nascidos na terra, a tratar as irmãs de qualquer cor e etnia de forma muito mais cortês que os irmãos (*Ibidem*, p. 111).

O possível pertencimento de Maria Domingues da Costa e às irmandades de angolas do Rosário na Bahia da virada dos séculos XVIII para o XIX nos permite compreender a escolha que o seu neto Eutíquio fez ao entrar para o sacerdócio católico aos 14 anos de idade, em 1830, afinal a família sempre esteve muito próxima do catolicismo devocional típico daquele experimentado nas irmandades sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. De família cristã velha, estavam próximos da Igreja Católica, talvez por influência da irmandade sendo tamanha que, quatro padres seculares foram testemunhas no Auto de Inquirição *Vita et Moribus* de Eutíquio.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

Testemunhas as seguintes

Reverendo Manoel Marinho, presbítero secular, capelão da Catedral, morador da Rua do Tijolo.

Reverendo Antônio Eleutério de Araújo Lima, presbítero secular, mestre de cerimônias da Santa Igreja Catedral, morador da Freguesia da Sé.

Reverendo Manoel Ambrósio de Oliveira, presbítero secular, capelão da Santa Casa de Misericórdia, da Freguesia da Rua do Passo.

Reverendo Manoel de Araújo Lasso, presbítero secular, capelão do Hospital Militar, morador da Freguesia da Sé.

Reverendo José Ignácio Tuar, presbítero secular da Freguesia de Santana do Sacramento⁹.

Lucilene Reginaldo ressalta que as freguesias mencionadas: da Sé, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Senhora Santana do Sacramento, todas possuíam capelas filiais de irmandades negras instaladas nas Matrizes sob a proteção do Rei e o controle dos clérigos, sendo alguns destes capelães citados serviam nas freguesias onde estavam eretas capelas da irmandade do Rosário dos Pretos, a exemplo de Manoel Ambrósio de Oliveira, capelão da Santa Casa de Misericórdia, freguesia do Sacramento da Rua do Passo. Ao ser arrolado enquanto testemunha no Auto de Inquirição *Vita et Moribus*, o padre Manoel Ambrósio tinha a idade de quarenta e cinco anos e dizia ser conhecedor de fatos da vida familiar do habilitando Eutíquio, talvez por influência do pertencimento de Maria Domingues e Joaquina Osana àquela irmandade de pretos angolas e crioulos. Manoel Ambrósio testemunhou a respeito de Eutíquio pelo fato de “que conhece os seus pais”¹⁰ e “que, além disso, sabe por observar de perto que o Habilitando é de louvável comportamento, e bem morigerado”¹¹.

Nos despachos das autoridades eclesiásticas a respeito dos dois processos de Eutíquio às Ordens Menores é relatada a sua condição de ilegitimidade, ou “defeito de nascimento”¹² tendo por isso o habilitando peticionado à Igreja uma ordem de Dispensa de Ilegitimidade para ser admitido às ordens. Uma das testemunhas nos Autos de Inquirição *De Genere*, o mestre carpina Agostinho Rocha, confia saber ser Eutíquio filho ilegítimo “de Joaquina Osana, e do Capitam Miranda”¹³. Esses sinais documentais nos possibilitaram encontrar através das pesquisas nos arquivos referências a um “capitão”, natural do Reino de Portugal, de nome José Lopes de Miranda, sargento do 1ª Companhia do Real Corpo de Artilharia de Milicianos da Bahia, que por volta de 1816 estava na província a serviço militar e para tratar da saúde.

⁹ Fundo: Câmara Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *Vita et Moribus* a favor de Eutychio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folha números 23; 29. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

¹⁰ Fundo: Câmara Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *Vita et Moribus* a favor de Eutychio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folha nº 29. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

¹¹ *Ibidem*, folha 29.

¹² Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutyquio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folha nº 19. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

¹³ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutyquio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folha nº 14. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 26 mar. 2016.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

Um fato interessante é que por volta de 09 de outubro de 1816, José Lopes de Miranda remete um requerimento ao Rei D. João VI solicitando a permissão real para regressar à sua terra natal, “por grave moléstia de que proximamente foi atacado e teve incerta na atestação junta de professor fidedigno ser lhe faz preciso sem perda de tempo retirar-se para o Reino de Portugal a procurar melhora a sua saúde”¹⁴. Uma certidão anexa ao requerimento assinada pelo 2º Tenente Comandante João Serra Guedes e datada de 20 de outubro de 1816, afirma “o que o suplicante alega é uma verdade, é o que posso informar a V. Sa.”¹⁵.

De posse dessas três referências documentais abriu-se um campo de possibilidades que sugerem as alegações de José Lopes de Miranda a respeito do seu regresso a Portugal por motivos de saúde ter sido verdade, porém, essa hipótese não exclui uma segunda possibilidade, que consistia em ter a sua saída da Bahia motivada pela gravidez da crioula solteira Joaquina Osana de Santana, à época com 17 anos de idade. Afinal, por volta da data do início da petição de José Lopes de Miranda ao Rei de Portugal, o mês de outubro de 1816, Joaquina Osana provavelmente estaria chegando aos dois meses de gestação visto que Eutíquio nasceu em maio de 1817. Destarte, a hipótese do português José Lopes de Miranda desejar retornar a Portugal porque sabia que teria um filho ilegítimo com uma crioula solteira e não desejava assumir publicamente a paternidade (talvez por ser oficialmente casado no Reino de Portugal), não parece inconcebível e nem por isso merece ser descartada.

No assento de batismo do menino nascido a quinze de maio de 1817 ele foi referido como pardo, o que de acordo com Palha (2011) nos informa através de Sheila de Castro Faria, podia designar os filhos dos alforriados “designados geralmente como ‘pardos livres’. O termo “pardo” representava uma espécie de condição social (...). Entre escravos, no século XVIII, ‘pardo’ era a terceira geração de africanos” (FARIA *apud* PALHA, 2011, p.40). Ana Flávia Magalhães Pinto (2010) sugere valendo se das análises de Mary Karasch, que por outro lado, a classificação dos pardos era constante no vocabulário da escravidão, com os “senhores usando o termo pardo para definir o mulato, uma pessoa de pais africanos e europeus, e os próprios pardos usavam-no para distinguir-se dos crioulos e outros grupos racialmente mistos da cidade” (KARASCH *apud* PINTO, 2010, p. 31).

Segundo as análises de Faria e Karasch, referenciadas respectivamente por Palha (2011) e Pinto (2010), definiram a classificação do pardo como categoria social no século XVIII e racial precisamente no século XIX. Podia servir de enquadramento para o caso de Eutíquio, visto que ele fosse da terceira geração de uma família de ascendência africana, critério observado segundo a perspectiva de classificação social; e/ou ser ele um mulato resultado da possível união ilegítima entre uma crioula da segunda geração de africanos e um branco europeu, se pensarmos segundo a perspectiva dos critérios raciais.

¹⁴ REQUERIMENTO do sargento da 1ª. Companhia do Corpo de Artilharia de Milicianos da Bahia, José Lopes de Miranda ao rei [D. João VI] solicitando licença para regressar à sua terra, donde viera tratar da saúde. [ant. 1817, Agosto 13]. Arquivo Histórico Ultramarino – Baía, cx. 250, doc. 61. AHU_ACL_CU_005, Cx. 259, D. 18137.

¹⁵ *Ibidem*, folha nº03.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

Por volta de 1832, o jovem Eutíquio contando com 15 anos de idade é habilitado “na forma do *motu* próprio do Santo Padre Paulo V para ser admitido á Ordens Menores e Sacras”¹⁶ recebendo o direito de “possuir quaisquer benefícios, honras e dignidades Eclesiásticas, que requeiram limpeza de sangue”¹⁷ no Seminário de Salvador sob a direção do Arcebispo paraense Dom Romualdo Antônio de Seixas. Em 1845 já ordenado clérigo, Eutíquio exerce o ofício de padre secular e mestre-escola nos liceus de Salvador “fundando um colégio e lecionando filosofia”¹⁸ e atuando como colaborador na imprensa baiana no jornal do arcebispado *O Noticiador Católico*¹⁹ e no jornal científico e literário *O Crepúsculo*.

Em *O Crepúsculo*²⁰, o padre Eutíquio publicou compilações filosóficas resultados de suas aulas nos liceus ao passo que no jornal *O Noticiador Católico*, ele publicava escritos de teor religioso a respeito de temas que mobilizavam a Igreja e o Estado. Na redação deste jornal católico, ele tornou-se conhecido pelo Arcebispo D. Romualdo Seixas e por padres recém-saídos do Seminário, a exemplo do jovem padre Antonio de Macedo Costa²¹, e até por clérigos de outras províncias, a exemplo do frade carmelita Ismael de Sena Ribeiro Nery²², morador da província do Pará que ia regularmente à Bahia publicar os seus escritos.

Polemista e bastante ilustrado, o padre Eutíquio tornou-se afamado na província da Bahia por ser filósofo e mestre-escola, circulando entre a elite ilustrada da província sendo aceito como sócio efetivo nas sociedades literárias portuguesas²³, a Sociedade da Biblioteca Clássica Portuguesa, formada por brancos, bacharéis, mestres-escolas e mulheres. O padre Eutíquio gozava de boas relações com o arcebispo, e o prestígio era tamanho que por volta de 1851, D. Romualdo Antônio de Seixas em pessoa pediu para que ele fosse transferido à província do Pará, para lecionar Instituições Canônicas no Seminário de Belém, que à época passava por reformulação das estruturas disciplinares sob a direção do bispo D. José Afonso de Moraes Torres, e necessitava de padres ilustrados para atuar nas cadeiras criadas no Seminário pelo Decreto n. 839 de 10 de outubro de 1851 (CECULT, 1933, p. 53).

¹⁶ Fundo: Câmara Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *Vita et Moribus* a favor de Eutychio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folha nº 32. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga (Arquidiocese de Salvador). Acesso em 26 mar. 2016.

¹⁷ Ibidem, fl. 32.

¹⁸ Jornal *O Noticiador Católico*, 1850, n. 88, ano 02, p. 04. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos da Bahia, (Biblioteca Nacional). Acesso em: 14 out. 2014.

¹⁹ O jornal *O Noticiador Católico* foi um periódico consagrado aos interesses da religião e era publicado sob os auspícios do Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. Seu redator era o padre Marianno de Santa Roza de Lima, e circulou na Bahia entre os anos de 1848 a 1855. Era impresso na tipografia de Epifânio Pedroza, localizado na Rua do Pão de Ló, número 21. Cf. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos da Bahia.

²⁰ O jornal *O Crepúsculo* foi um periódico instrutivo e moral pertencente ao Instituto Literário da Bahia. Nele publicavam-se matérias de teor científico, literário e filosófico, tento circulado na Bahia entre os anos de 1845 a 1847. Cf. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos da Bahia. Acesso em 05 fev.2015.

²¹ Futuro bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa (1862-1884).

²² Jornal *O Noticiador Católico*, 1850, volume 02, ano 03, número 44, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos da Bahia, (Biblioteca Nacional). Acesso em: 07 dez. 2014.

²³ Defendo que sua aceitação como sócio efetivo da Sociedade da Biblioteca Clássica Portuguesa em 1845 foi possibilitada por sua ascendência portuguesa pelo lado paterno. No Pará, ele foi aceito sócio no Grêmio Literário Português na década de 1870.

“Africanos” em circulação: As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX

(...) de ilustração não vulgar, o padre Eutychio Pereira da Rocha, e de muito bons costumes: conheci-o no Pará. Este distinto sacerdote foi a pedido do finado bispo D. José I, mandado pelo finado arcebispo da Bahia, conde de Santa Cruz, para ensinar instruções canônicas no seminário de Belém, e ensinava desde 1852 ou 1853²⁴.

Atendendo ao pedido do Arcebispo D. Romualdo Seixas, à época Conde de Santa Cruz, o padre Eutíquio migra para o Pará em 1851 desembarcando em uma província assolada por uma epidemia de febre amarela e devastada anos depois pela cólera a dizimar a população de Belém em mais de 1050 vítimas entre 1855 e 1856 (BELTRÃO, 2004, p.124). Instalado na cadeira de ensino canônico do Seminário de Belém, o padre Eutíquio enquanto um padre vindo de fora polemizou com alguns sacerdotes da terra que pela imprensa o atacaram no jornal conservador *O Velho Brado do Amazonas* e receberam a réplica do padre no jornal do arcebispo *Trombeta do Santuário*.

As ofensas dirigidas contra o padre Eutíquio não deixaram de tocar na questão racial, muitas vezes transformaram-se em injúrias étnicas que relacionavam a cor de sua pele aos estereótipos sobre o continente africano presente no imaginário de uma sociedade miscigenada, todavia, escravagista e racista, que privilegiava a Europa branca como o referencial de civilização. Articulistas do jornal *O Velho Brado* dirigindo injúrias contra o padre Eutíquio deixam entrever o imaginário que se tinha sobre a África, os africanos traficados e seus descendentes mestiços.

Sediço Apóstolo ultramontano, declarando-o credor d'uma mitra... Lá dessas populosas, e avoengas regiões do Zaire. (...) Por amor de sua sabença, Senr. Professor de Direito Canônico Africano²⁵.

Cabe aqui chamar a atenção para a palavra “avoengas”. No *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), “avoenga” é um adjetivo que possui o sentido etimológico de “herdado dos avós”; e como substantivo no plural possui o significado de “antepassado”²⁶; c) no sentido jurídico, a relação avoenga é o convívio entre avós e netos, que deverá ser preservado por ser parte do equilíbrio da estrutura familiar²⁷. A utilização do termo avoenga na notícia possui conotação depreciativa, pois, refere-se à ascendência de padre Eutíquio na sua primeira geração (avós), cuja ideia vinculada “às regiões do Zaire” supõe que o padre Eutíquio possuía na sua ancestralidade o sangue angola por parte da avó materna.

De acordo com M'Bokolo (2011), o Zaire é atualmente uma das 18 províncias de Angola, localizada geograficamente na região norte do país²⁸. M'Bokolo (2009) assinala que historicamente a região do Zaire

²⁴ Fala do Senador da província do Piauí José Furtado em sessão de 07 de junho de 1867. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1869, p. 119. Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Império/1869/1869%20Livro%20ok.pdf Acesso em: 17 out. 2012.

²⁵ Jornal *O Velho Brado do Amazonas*, 19 de junho de 1852, n. 130; 131, ano (s/r), p. 01; 06. (Biblioteca do Grêmio Literário Português). Acesso em: 15 set. 2020. Cortesia do historiador e professor Leandro Melo da Silva.

²⁶ SILVA PINTO, Luiz Maria. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832, p.129.

²⁷ Sobre isso ver: SITE DIREITONET. O direito avoenga e suas obrigações (Família). Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6986/O-direito-avoenga-e-suas-obrigacoes>. Acesso em: 16 set.2020.

²⁸ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA, São Paulo: Casas das Áfricas, 2011, 754 p.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 162 - 181, nov. / 2020.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

formou-se antes da ocupação portuguesa como província do reino do Congo, um dos mais poderosos estados pré-coloniais da África, cujo reinado dominou toda a região ao sul da bacia do Rio Congo²⁹. No século XV, através do explorador português Diogo Cão ocorreu os primeiros contatos dos portugueses com os habitantes das aldeias ocasionando a conversão de nobres congolezes ao Cristianismo a exemplo do batismo do rei Nzinga a Nkuwu, que em 1491 tornou-se o rei João I do Congo abrindo o reino do Congo à religião católica, ao ensino da língua portuguesa e ao comércio lusitano, inclusive de escravos apresados nas guerras com outras nações do continente³⁰.

A ancestralidade africana de padre Eutíquio é um fato incontestável uma vez que já foi dito ser ele a terceira geração de uma africana angola. Porém, o que nos causa dúvida é de que maneira essa peculiaridade da vida privada do padre Eutíquio tornou-se pública em terras tão distantes da Bahia, a ponto dele sofrer injúrias na imprensa por adversários conservadores? Outra questão de grande monta são as conotações que a ancestralidade junto ao imaginário sobre o continente africano foi tratado nos jornais pelos articulistas de *O Velho Brado*. A África, representada pelo Zaire como metonímia (o uso retórico da parte pelo todo)³¹ foi descrita como uma região populosa e avoenga, isto é, terra de milhares de ancestrais negros dos descendentes que nasceram no Brasil por ação da experiência do tráfico negreiro e da escravidão.

Fredrik Barth (1998) refletindo sobre a identidade étnica dos grupos assinala que no plano do indivíduo, a identidade étnica se define simultaneamente pelo o que é subjetivamente reivindicado e pelo o que é socialmente atribuído; e acrescenta que as reivindicações identitárias de um indivíduo podem ser ou não aceitas pelo grupo étnico que ele pretende representar (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, *et. al.*, 1998, p.148-149). Vestígios desta africanidade assumida são as colaborações de padre Eutíquio publicadas no jornal *O Liberal do Pará*³², nos contextos de disputas com o bispo do Pará D. Antonio de Macedo Costa³³, (1862-1884), cujas linhas dedicadas às reflexões do padre foram ocasionadas pela suposta falácia do bispo na imprensa católica em declarar-se contrário à extinção da cadeira de língua indígena no Seminário, quando na versão do padre Eutíquio fora o próprio bispo quem secretamente propôs a extinção, e acrescenta.

É a resposta que nos repetirão, e que será replicada com um pouco mais de pimenta africana (...). Somos, apenas um negro arrojado e atrevido com os que são arrojados e atrevidos com

²⁹ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo I (Até o século XVIII). Salvador: EDUFBA, 2009, 626 p.

³⁰ *Ibidem*, 626 p.

³¹ Figura de linguagem que consiste na utilização de uma palavra no lugar de outra, com a qual se relaciona sendo um exemplo de relação metonímica é o uso da parte pelo todo, ex.: Pediu-lhe a mão em casamento (Pediu a pessoa). Cf. <https://www.mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/metonimia.htm>. Acesso em: 16 set. 2020.

³² De acordo com o Catálogo dos Jornais Paraenses, de Remijio de Bellido, o jornal *O Liberal do Pará* foi o órgão do partido liberal aparecendo em 01 de janeiro de 1869 sob a redação de Felipe José de Lima e José Baptista Ribeiro de Souza, tendo como editor Libanio José Luiz de França. Impresso na Tipografia do Jornal do Amazonas passou mais tarde a sê-lo impresso na própria tipografia. Sua publicação cessou até a Proclamação da República em 1889. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornaes Paraenses*. 1822-1908. Pará: Imprensa Oficial, 1908, p. 76.

³³ O padre Antonio de Macedo Costa, natural da Bahia e redator do jornal *Noticiador Católico* torna-se a partir de 1862 o bispo do Pará sucedendo o antigo bispo D. José Afonso de Moraes Torres após sua renúncia à Diocese em 1857.

“Africanos” em circulação: As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX

ele, seja esse um *miserável*, como nós, (*filho* ou *neto* de africano) ou um aventureiro que faça na cena do mundo o papel de bispo³⁴. [grifo no original].

Além da africanidade – marca da sua etnicidade – atribuída, o padre Eutíquio também experimentou em termos de identidade grupal a africanidade assumida. Ao lhe ser atribuído possuir um passado africano, isto configurava uma forma de inferiorização do seu tempo presente, uma vez que esse imaginário sobre a África e os africanos vinculava-se diretamente à experiência da escravidão e do colonialismo expresso na ideia de hierarquia entre as raças, onde pretos africanos, crioulos e demais mestiços eram vistos socialmente e intelectualmente como inferiores aos brancos. Estereótipos que de acordo com Humberto Fernandes Machado fundamentavam o imaginário e os discursos das elites brancas sobre o negro no século XIX (NEVES, *et. al.*, 2006, p.147).

No final da década de 1850, o padre Eutíquio estava muito próximo da elite política da terra batizando os menores nascidos nas famílias das grandes figuras liberais, como o bacharel em direito Tito Franco de Almeida, o médico José da Gama Malcher, além dos estar próximo dos maçons a exemplo do cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, que possivelmente o levou para o universo da Maçonaria e também da política (TAVARES, 2020, p.153-163). Padre Eutíquio afirmou-se enquanto um liberal moderado na província depois da revolução Cabana, em que os liberais exaltados haviam sido reprimidos uma década antes, tendo um de seus líderes, Eduardo Angelim, sido preso e desterrado para a província de Pernambuco por cerca de dez anos (RICCI, 2007, p.27).

De acordo do Magda Ricci (2007) ao fim da Cabanagem os liberais estavam em processo de reorganização, assim como os jornais de mesma tendência, pois, as folhas liberais foram suspensas durante a revolução dos cabanos, e a população amazônica composta por mestiços, índios e africanos pobres ou escravos e grande parte da elite da terra fora dizimada (RICCI, 2007, p.06). Definindo-se como um liberal moderado, o padre Eutíquio Pereira da Rocha pertencia a um campo religioso no qual as lutas políticas eram constantes devido à presença de padres de vida política, filiados ao Partido Conservador e ao Partido Liberal, alguns maçons, padres-mestres e redatores de jornais de tendência política e religiosa, a exemplo do jornal *O Correio dos Pobres*³⁵, *O Velho Brado do Amazonas*³⁶, além da folha do arcebispado, o *Trombeta do*

³⁴ Colaboração XXXI. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, terça-feira, 30 de janeiro de 1872, n.23, ano 04, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 102, série: O Liberal do Pará, período: jul./ago, ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 18 set. 2014.

³⁵ No catálogo dos jornais de Remijio de Bellido há duas menções ao jornal *O Correio dos Pobres*. Na primeira, consta que um jornal de nome *O Correio dos Pobres* e teve sua primeira publicação a partir de 1851. Na segunda menção, há um jornal homônimo publicado a partir de 1848. No Catálogo dos Jornais Paroaras, há a referência a jornal de nome *O Correio dos Pobres* impresso na Tipografia do Publicador Paraense, Tip. de Antonio da Cunha Mendes, Tip. do Velho Brado do Amazonas, e na Tipografia de J. E. F. Guimarães, sendo um jornal de publicação semanal redigido pelo seu proprietário o padre Lázaro Pinto Moreira Lessa, e circulado na cidade de Belém entre os anos de 1851 até 01 de julho de 1853. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornaes Paraenses*. 1822-1908. Pará: Imprensa Oficial, 1908, p. 42; BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p.38-39.

³⁶ *O Velho Brado do Amazonas* era um jornal de publicação semanal, órgão dos Saquaremas (conservadores) da província do Pará, redigido por seu proprietário José Bernardo Santarém, e por José Marianno de Lemos e Antônio Aguiar e Silva. Saía da Tipografia de Santarém e Filho, depois na Tipografia da Viúva Santarém. Seu primeiro *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 162 - 181, nov. / 2020.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

*Santuário*³⁷. Nesses jornais, os padres batalhavam politicamente entre si e com o laicato liberal e conservador, onde nos artigos acabaram sendo dirigidos insultos de teor racial contra o padre Eutíquio Pereira da Rocha nas réplicas dos escritos dele no *O Comunicador*³⁸ (jornal redigido por ele), e *Diário do Comércio*³⁹. Exemplo disso foi a notícia dada pelo jornal conservador *A Época*⁴⁰ de janeiro de 1859.

Achará talvez o colega este convite muito temerário da parte de um homúnculo, em quem só vê covardia, manhas misérias puras, vilanias, e que o tem chamado descarado, mentiroso, **negro e escravo**⁴¹. [grifo nosso]

Através das categorias de “negro” e “escravo”, Eutíquio foi qualificado por seus opositores conservadores. Na verdade ele tratava-se de um homem nascido livre, o que ocasionava implicações às concepções, por exemplo, de cidadania e direito à participação política, uma vez que Eutíquio pleiteava ser eleito vereador na cidade de Belém definindo-se liberal moderado naquele contexto de construção da Nação brasileira. Processo que engendrou diferentes projetos de nação e de cidadania conflitantes entre si devido à discussão acerca das questões raciais e direito à participação política de pretos, mestiços, cativos, forros e os nascidos livres, resultado das revoltas populares nas províncias de Norte, Nordeste e Sul do Império durante a Independência e Regência.

Marcello Basile ao pensar o papel dos discursos raciais no processo de construção da cidadania dos liberais exaltados, moderados e caramurus (ou regressistas) para a Nação brasileira, define que as concepções e os projetos de cidadania dos liberais moderados formaram-se nas lutas pela independência, e não se assemelhavam às concepções e projetos de cidadania dos liberais exaltados e dos caramurus. De

exemplar saiu com o número 37 continuando a numeração do jornal “O Brado do Amazonas”, circulando desde o ano de 1850 e deixando de ser publicado em 13 de outubro de 1853. Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p. 37-38.

³⁷ O jornal Trombeta do Santuário saía da Tipografia de Baena e Irmão, tendo circulado na cidade de Belém entre os anos de 1851 a 1852. Era um jornal bimensal redigido pelos Cônegos Luiz Barroso de Bastos, Ismael de Sena Ribeiro Nery e Manoel José de Siqueira Mendes, substituindo o jornal do bispado “Synopsis Ecclesiástica”. Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p.40-41.

³⁸ No Catálogo dos Jornais Paroaras consta que O Comunicador era “um jornal semanal redigido pelo Cônego (*sic*) Eutychio Pereira da Rocha e Luiz Barroso de Bastos” tendo o 1º número datado do dia 14 de abril de 1853. Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p.42-43

³⁹ Jornal impresso em tipografia própria, a Tipografia do Diário do Comércio, situado na Rua Formosa. Era um jornal comercial, político e noticioso de propriedade de José Joaquim de Sá, e circulou na cidade de Belém entre os anos de 1854 a 1857. Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p.45.

⁴⁰ Jornal impresso na Tipografia d’Observador, tendo o primeiro número publicado a partir de 10 de março de 1853. Era uma folha política e comercial, com tipografia situada à Rua do Espírito Santo, n. 16. Sua publicação era semanal e, depois, diária. Outra referência ao jornal A Época consta ser um jornal impresso na Tipografia de Frederico Rhossard entre os anos de 1858 até 1859 na forme de um jornal de publicação semanal, político, comercial e noticioso. Saiu de circulação em 30 de novembro de 1859, depois de ser impresso na segunda tipografia localizada na Travessa de São Matheus, n. 22. Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p.44; p.48.

⁴¹ O Padre Eutychio e seus homúnculos. Jornal *A Época*, quarta feira, 26 de janeiro de 1859, n. 20, ano 02, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_00020.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

acordo com Basile, os projetos de cidadania pensados pelos moderados mantinham os homens de cor fossem eles escravos e forros à margem, sendo somente aos homens de cor nascidos livres os que podiam tomar parte nesse processo, restando apenas aos libertos incluir-se na categoria da *maioria dos capazes* somente se destacassem por seus “talentos e virtudes”. Quanto aos escravos, estes se encontravam na categoria dos *incapazes*, nem cidadãos passivos eram (como as mulheres), podendo ser considerados não-cidadãos (NEVES, *et. al.*, 2006, p.62-63).

Relacionando as discussões sobre a questão racial e o direito à cidadania no Segundo Reinado na perspectiva biográfica de padre Eutíquio observamos que, qualificar um homem de cor nascido livre formado padre, altamente letrado e intelectualizado a partir da cultura branca e europeia do Liberalismo nos artigos de jornal como um “escravo”, significava reduzi-lo a uma condição de não-cidadão. Esse podia ser o entendimento dele ao ler as notícias contendo insultos racistas dirigidas contra a sua pessoa. Significava ser chamado de *incapaz* ou *não-cidadão*. O que para um liberal moderado podia significar grande afronta. Além disso, nas representações da imprensa paraense projetava-se sobre ele um discurso estereotipado que buscava comprovar sua “inferioridade” devido ao fato de ser “negro”, “africano” e um não-cidadão pelo fato de ser “escravo”, mesmo que esse último fosse apenas retoricamente.

Humberto Machado assinala que o negro segundo os discursos das elites, incluso nisso até os discursos dos abolicionistas mais inveterados, possuía características que não eram condizentes com os comportamentos e interesses que conduziriam o país nos trilhos da “civilização” e do “progresso”. Analisando os discursos dos abolicionistas da década de 1880, Machado afirma serem atribuídos aos negros estereótipos na imprensa que objetivavam retratar sua “condição” de inferioridade racial, dos quais de acordo com estes abolicionistas seriam os negros: propensos à violência, à marginalidade, à desordem, mantenedores de laços familiares promíscuos, que só trabalhavam sob a vigilância, e mediante castigos físicos (NEVES, *et. al.*, 2006, p.142-152).

Lilia Moritz Schwarcz (2015) assinala que a partir de 1870, os discursos das autoridades administrativas, policiais e intelectuais passaram a fundamentar-se no conceito de *raça*, termo introduzido na literatura mais especializada no começo do século XIX por Georges Cuvier e referia-se ao pressuposto de que existiam heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (SCHWARCZ, 2015, p.63). Este modelo intelectual baseado na existência de raças humanas produzidos nos campos das ciências biológicas e antropológicas coexistia e contrastava com o modelo humanista vigente desde o século XVIII e em grande parte no século XIX, e conforme aponta Schwarcz era um modelo inspirado pelo Iluminismo que pressupunha reflexão sobre a diversidade humana estabelecendo bases filosóficas para os ideais de igualdade da Revolução Francesa ao considerar a unicidade e a totalidade do gênero humano (*Ibidem*, p.59).

As noções de que os homens nascem iguais inspiram as revoluções liberais ocorridas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX na Europa e Américas guiadas pelos ensinamentos da Ilustração, sendo a igualdade de princípios entre os homens a grande bandeira inscrita na constituição das nações modernas (*Ibidem*, p. 59). Schwarcz ressalta que as bases filosóficas da teoria humanista absorvidas

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

pelo Liberalismo e ampliadas pela *etnologia* residiam na noção da “perfectibilidade” humana, de Jean-Jacques Rousseau, que podiam ser entendidas de acordo com a ideia humanista enquanto a capacidade singular e inerente a todos os homens de se superarem (*Ibidem*, p.59). Dentro desse modelo, as diferenças culturais entre os homens, assim como as diferenças sociais estariam passíveis de ser apagadas, pois, a ênfase na sua superação recaía sobre o indivíduo e sua responsabilidade pessoal (*Ibidem*, p. 19).

Schwarcz assinala que uma vez imersa na cultura do Liberalismo, a noção da perfectibilidade humana do século XVIII apresentou algumas variações no século XIX, ganhando uma acepção diversa, uma vez que se abandonou a ênfase sobre o indivíduo em suas qualidades intrínsecas, e deslocou-se o enfoque sobre o estágio de civilização dos grupos humanos, isto é, os atributos das “raças civilizadas” propensas à civilização (*Ibidem*, p. 80). Schwarcz demonstra que a noção da “perfectibilidade” humana ganha um sentido único e direcionado, pois, somente podia existir uma “perfectibilidade” possível, restando a degeneração aos indivíduos ou sociedades humanas que não a alcançassem (*Ibidem*, p. 80).

Nesse sentido, eu penso a biografia de padre Eutíquio, um homem de cor e o sentido do seu pertencimento ao Liberalismo guiado pelos termos da perfectibilidade humana vindos da teoria humanista imersos na cultura liberal, afinal sua opção pela ilustração como forma de superação da sua condição social característica pela origem social marginal, afinal seu núcleo familiar foi pobre, escravo e de cor.

É-nos permitido pensar que padre Eutíquio acreditava ser possível ao homem de cor⁴², ascender socialmente através do princípio do auto-aperfeiçoamento do homem presente nos princípios morais da Maçonaria (SOUZA, 2006, p. 72)⁴³, bem como através da valorização da instrução enquanto régua moral da expressão dos “talentos e virtudes” , a medir as capacidades pessoais dos homens, fossem eles brancos ou homens de cor, de acordo com a visão dos liberais moderados, conforme demonstra Marcello Basile (2006).

Considerando desta forma podemos facilmente identificar a existência de uma elite pensante local (SCHWARCZ, 2015, p. 19) totalmente mestiça e formada em terras brasileiras a partir das realidades sociais e políticas do Império, além de visualizar as fronteiras da etnicidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, *et. al.*, 1998, p.152) conforme assinala Fredrik Barth ao propor um sentido para a noção sobre os grupos étnicos. De acordo com Barth (1998), é necessário que os atores visualizem as fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e *igualmente* para além dos quais eles identificam outros atores implicados em outro sistema social (*Ibidem*, p. 152).

Pensando as concepções de fronteiras étnicas definidas por Fredrik Barth (1998) é que nós podemos compreender um padre mestiço, neto de africana angola e filho ilegítimo de branco português com uma crioula brasileira, sendo aceito como sócio efetivo de duas agremiações portuguesas, uma em 1845 na Bahia

⁴² Especialmente aqueles nascidos de ventre livre.

⁴³ O estudo de Patrícia Inês Garcia de Souza traz o depoimento de irmãos maçons que ao ingressar na Maçonaria objetivavam “se aperfeiçoar espiritualmente e desbastar a pedra bruta” sendo a própria instituição Maçonaria vista pelos maçons como uma “escola de aperfeiçoamento” estruturada pelos ritos simbólicos e compromissos de fraternidade. Cf. SOUZA, Patrícia I. Garcia de. *Buscadores do Sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. 2006. 369 fls. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006, p. 72.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

– a Sociedade da Biblioteca Clássica Portuguesa; e outra em 1879 no Pará – o Grêmio Literário Português. Sobre isso observamos uma nota sobre as atividades dessa associação de beneficência dos lusitanos.

O movimento do **Grêmio Literário Português** no mês de Dezembro último foi o seguinte. Saíram para leitura 510 volumes. Entraram 34 sócios e 05 assinantes, e receberam se as seguintes ofertas dos senhores. Dr. J. C. da Gama Abreu, *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bósforo e Danúbio*, 3º vol. Antonio Rodrigues do Couto, *O Diário de Belém*, Joaquim Ferreira Junior, *O diabo a quatro*, Joaquim Andrade dos Santos, *O Norte*, Manoel A. Pereira de Magalhães, *Diário da Manhã*, da redação do Eco Micaelense, 4ps. Miguel Joaquim Pereira de Carvalho, *A Democracia*, **Padre Eutychio Pereira da Rocha, Panorama, 03 volumes**, Leite Machado - *Arquivo Histórico da Mocidade*, 01 volume. A Diretoria, penhorada por tão honrosas ofertas agradeceu afetuosamente⁴⁴.

[grifo nosso]

Na teoria barthiniana, a manutenção das fronteiras étnicas necessita da organização das trocas entre os grupos e da ativação de uma série de proscições e prescrições regendo suas interações ((POUTIGNAT; STREIFF-FENART, *et. al.*, 1998, p. 153), cujas estruturações dessas relações inter e intra grupos suscitam três formas fundamentais de trocas, definidas pelos trabalhos de Claude Lévi-Strauss: a troca de mulheres, regulamentada pelas prescrições matrimoniais intergrupais; a troca de bens e dos serviços estruturando as transações entre os grupos, e finalmente a troca de mensagens delimitando as situações culturalmente significativas na comunicação (*Ibidem*, p.153). No caso da notícia citada em 1879 no jornal *Diário de Belém*⁴⁵ as fronteiras étnicas entre brasileiros fossem eles brancos ou mestiços e portugueses naturais do Reino ou seus descendentes dentro da associação de beneficência Grêmio Literário Português foram possíveis através da troca de bens – livros, folhetos e demais impressos – a reger as interações entre mestiços, brancos brasileiros ou imigrantes, sendo estas trocas de caráter cultural e de assistencialismo. Observa-se que essas associações beneficentes organizadas de acordo com perfis étnicos e sociais – branco europeu e imigrante – não estavam vedadas ao acesso pelos homens de cor na cidade de Belém da segunda metade do século XIX.

Nas três décadas finais do século XIX ocorre a introdução das teorias que ressaltavam que as diferenças biológicas intrínsecas aos grupos humanos relacionavam-se diretamente ao seu estágio civilizacional. Esses discursos vindos da Europa assinalavam que quanto menos os povos fossem híbridos, mais civilizados seriam determinadas sociedades humanas (SCHWARCZ, 2015, p.67). Nesse contexto emerge o conceito de *raça* a fundamentar discursos de hierarquias sociais não mais pautadas pela teoria

⁴⁴ Noticiário. Jornal *Diário de Belém*, domingo, 19 de janeiro de 1879, número 15, ano 12, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1879_00015.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁴⁵ De acordo com o Catálogo dos Jornais Paraenses de Remijio de Bellido e o Catálogo dos Jornais Paroaras, o jornal *Diário de Belém* era o órgão político, noticioso e comercial de propriedade do bacharel Antonio Francisco Pinheiro, seu fundador. O primeiro número começou a circular na cidade de Belém a 07 de setembro de 1868, impresso por Mathias Leite da Silva na Tipografia Nova de Santana, atual Rua Manoel Barata. Suas últimas publicações circularam até 1889. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornaes Paraenses*. 1822-1908. Pará: Imprensa Oficial, 1908, p. 48; BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, p. 55.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

humanista da antiga cultura do Liberalismo e sim a ênfase recai nos modelos raciais, originados das mais variadas fontes, indo do discurso evolucionista social, releitura dos estudos de Charles Darwin no campo da biologia, passando pelo discurso científico da *frenologia* e *antropometria*, ambas ciências anatômicas, e chegando até no âmbito do discurso jurídico conformando a *antropologia criminal* enquanto ramo de estudo (*Ibidem*, p.85).

Todas elas duraram até os anos de 1930 mantendo em comum a negatização da mestiçagem e a adoção das políticas de branqueamento como solução para o que era visto como a razão do atraso nacional. Sobressaíram-se no período do pós-Abolição em que se buscava uma dupla solução para a questão da mão-de-obra negra escrava, cessada pelo fim da escravidão em 1888, através de políticas de fomento a introdução de imigrantes europeus nos núcleos coloniais agrícolas e nas cidades; ao passo que a introdução de imigrantes brancos ofereceria, segundo pensavam esses teóricos, outra solução para o problema da mestiçagem da população brasileira. Empecilho segundo eles pensavam, para a condução da nação republicana, a partir de 1889, nos trilhos da civilização e do progresso. Com isso, a velha cultura liberal do Império fora esquecida, tendo o nosso padre “negro” biografado morrido ainda nos tempos imperiais, exatamente na cidade de Belém ao mês de agosto de 1880, levando consigo um passado no qual os princípios liberais da responsabilidade pessoal e do auto-aperfeiçoamento do indivíduo foram essenciais para a sobrevivência das gentes de cor no mundo dos brancos.

179

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo branco*. O negro no imaginário das elites – Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1984, 267 p.
- BARTH, Fredrik. “O domínio da etnicidade. As questões chave”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (Org.). *Teorias da Etnicidade* seguido de *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, Capítulo 06, 229 p.
- BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e Construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos [Et. Alli]. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, Capítulo 03, pp.60-93.
- BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornaes Paraenses*. 1822-1908. Pará: Imprensa Oficial, 1908, 168 p.
- BELTRÃO, Jane F. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004, 354 p.
- BEZERRA NETO, José Maia. *A Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012, 237 p.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição*. 2009. (Tese de Doutorado em História social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, 502 fls.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém: SECDet, 1985, 366 p.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Breve Monografia sobre o Seminário Arquiepiscopal de N. Senhora da Conceição de Belém por ocasião de sua reabertura a 15 de maio de 1933*. Pará: CECULT, Biblioteca Orlando Bittar, 1933, 62 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, 201 p.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Cidades Escravistas”. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio dos S. [Et. Al.] *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, Capítulo 16, p. 162-169.

GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454 p.

GOMES, Flávio dos S. & SCHWARCZ, Lilia M. “Amazônia Escravista”; “Indígenas e Africanos”. In: [Et. Al.] *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, Capítulos 09 e 24, pp. 109-116; 274-282.

JUNIOR, Luís Carlos Laurindo. *A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. 2012. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012, 209 fl.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, Capítulo 09, pp.225-250.

MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição”. In: NEVES, Lúcia Bastos [Et. Alli]. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, Capítulo 06, pp.142-152.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA, São Paulo: Casas das Áfricas, 2011, 754 p.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo I (Até o século XVIII). Salvador: EDUFBA, 2009, 626 p.

PALHA, Bárbara Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. 2011. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, 162 fls.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, 181 p.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 2005. (Tese de Doutorado em História Social). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005, 251 fls.

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 a 1840”. In: *Tempo* [online], Niterói/RJ, vol. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: Universidade Federal do Pará, 1971, 336 p.

SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004, 250 p.

SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio dos S. [Et. Al.] *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 694 p.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 162 - 181, nov. / 2020.

**“Africanos” em circulação:
As identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX**

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 373 p.

SILVA PINTO, Luiz Maria. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832, 1132 p.

SLENES, Robert W. “Africanos Centrais”. In: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio dos S. [Et. Al.] *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, Capítulo 03, p. 64-71.

SOUZA, Patrícia I. Garcia de. *Buscadores do Sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. 2006. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006, 369 fls.

TAVARES, Kelly Chaves. *Padre Eutíquio: clérigo, maçom e político no Pará do século XIX*. 2020. Belém. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, 260 fls.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 231-245, 280 p.

Texto recebido em: 05/11/2020
Texto aprovado em: 23/11/2020